

Relatar a si mesmo de Judith Butler

Resenha

Por Tess Chamusca

Embora seu campo de atuação seja bem mais amplo, a filósofa norte-americana Judith Butler ficou conhecida no Brasil e se tornou uma referência pelo modo como interpreta gênero, corpo e sexualidade a partir da teoria da performatividade. O que se deve, sobretudo, ao fato de permanecermos mais de uma década com apenas um de seus livros traduzido para o português: *Problemas de gênero. Feminismo e Subversão da Identidade* (2003). Esse quadro vem se modificando desde 2014, quando foi lançado *O clamor de Antígona. Parentesco entre a vida e a morte*. Hoje os leitores brasileiros têm ao seu dispor também *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* (2015) e *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética* (2015).

Em *Relatar a si mesmo*, Butler apresenta uma compreensão da ética e da responsabilidade baseada no seguinte questionamento: como somos constituídos na vida social e a que custo? A partir desta reflexão sobre os processos de formação do sujeito, ela sugere um novo sentido para a ética, que resulta do reconhecimento de que compartilhamos certa cegueira a respeito de nós mesmos e não da afirmação de uma identidade pessoal. O que significa tomar como precondição para a responsabilização não a existência de um sujeito coerente que se conhece por completo e sim as nossas relações com os outros.

A autora expõe suas proposições a partir de uma longa reflexão sobre a constituição dos sujeitos, em que dialoga, sobretudo, com o pensamento de Adorno, Nietzsche, Foucault, Hegel, Laplanche e Lévinas. Butler apresenta diferentes concepções sobre a interpelação, circunstância que nos inaugura como seres reflexivos, uma vez que é partir do momento que alguém nos convoca que sentimos a necessidade de contar uma história sobre nós mesmos. Na cena da interpelação, há um duplo valor ético. Ao mesmo tempo em que falamos sobre nós mesmos e nos reconstruímos nesse processo, estabelecemos uma relação com nosso interlocutor, buscamos agir sobre ele.

Com base em Adorno e Foucault, a filósofa ressalta que as condições sociais determinam o surgimento do “eu”, de modo que a história do eu será sempre a história de uma relação com um conjunto de normas. Ou seja, há um horizonte de códigos prescritos historicamente que estabelece quais formações de sujeito são consideradas reconhecíveis. Nesse sentido, Butler, em concordância com Laplanche, critica Lévinas por propor uma análise da comunidade judaica sem situar a cena da interpelação no tempo, o que impediria uma explicação da formação diacrônica do sujeito.

Lévinas argumenta sobre uma suposta essência do povo judeu, que seria marcada pela exposição à perseguição e uma predisposição inata ao sacrifício involuntário. O que Butler identifica como uma tentativa de atribuição de uma verdade trans-histórica. “Dizer que a perseguição é a essência do judaísmo não só sobrepuja a ação e a agressão realizadas em nome do judaísmo, mas também inviabiliza uma análise cultural e histórica que teria de ser complexa e específica” (BUTLER, 2015, p. 126).

Da mesma forma que não há constituição dos sujeitos exterior a um determinado regime de verdade e período histórico, a ética também é dependente do social, ainda que nela haja uma perspectiva de primeira pessoa assumida. Mesmo que a princípio um indivíduo reconheça o outro, há uma linguagem que enquadra esse encontro, os termos por meio dos quais se oferece e aceita o reconhecimento não pertencem aos dois.

Como consequência, a construção de um relato de si é perpassada por uma despossessão. Haverá sempre uma incompletude, uma opacidade, pois as condições do meu surgimento não estão ao meu alcance e o estabelecimento da minha singularidade é limitado pelos códigos que regem o humanamente reconhecível, com os quais devo negociar para falar de mim. De modo que “sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso” (BUTLER, 2015, p. 51).

Diante disso, Butler questiona: tal limitação me torna incapaz de ser responsabilizada pelo que sou e faço? Chegamos a um inevitável fracasso ético? Para a teórica, a afirmação dessa transparência parcial do sujeito abre caminho para outra disposição ética, fundamentada no caráter relacional da

interpelação. “Nossa ‘incoerência’ define o modo como somos constituídos na relacionalidade: implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (BUTLER, 2015, p. 87).

Assim, se para Adorno, uma ética baseada na autopreservação poderia dar origem a uma espécie de narcisismo moral, que “não só retira o individual do mundo como também destrói a base do envolvimento moral com o mundo” (BUTLER, 2015, p. 138), o reconhecimento da própria opacidade propicia uma disposição para a humildade e para a generosidade. Em uma ética norteadada pelo reconhecimento de nossas limitações constitutivas, ao pedir para conhecer o outro e assumir que nenhuma resposta poderá capturá-lo por completo, eu permito que a pergunta permaneça aberta e mantenho vivo o desejo do reconhecimento. Em outras palavras, ofereço um reconhecimento ao outro em que não há a exigência de que ele construa uma coerente biografia e seja idêntico a todo momento, o que para Butler constitui uma violência ética.

Foucault entende que naturalizar essa suposta verdade sobre nós, fazendo com que ela oriente o modo como vivemos, significa negar a historicidade das nossas próprias vidas. Por isso, ele defende uma postura autocrítica, uma criação de si que, ao expor seus limites, mantém também uma relação crítica com os códigos de conduta que indicam as formas que os sujeitos podem assumir. Atitude que necessariamente envolve um risco, pois questionar as regras que ditam quem eu posso ser, problematizar o que elas abrigam e o que excluem, pode comprometer o meu reconhecimento pelos outros.

Butler identifica nessas proposições de Foucault uma importante contribuição para uma ética fundada na relacionalidade, na medida em que nos ajuda a perceber que a questão ética surge justamente quando chegamos “aos limites do que conhecemos, mas ainda nos é exigido dar e receber reconhecimento” (BUTLER, 2015, p. 34). De modo que assumir um compromisso ético implica arriscar-se a cruzar as fronteiras dos nossos esquemas de inteligibilidade, despossar-se de um eu coerente e estar disposto a desfazer-se em relação aos outros.

Referência

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.